



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO TOCANTINS - TO

LEI COMPLEMENTAR N.º. 06 DE 14 DE ABRIL DE 2021



ANO III - PONTE ALTA DO TOCANTINS, SEXTA - FEIRA , 12 DE JANEIRO DE 2024 - N.º-347

SUMÁRIO

	PÁGINA
PORTARIA GAB. N.º 003/2024	01
DECRETO N.º 001	01

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA GAB. N.º 003/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS-TO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 76, XXV, da Lei Orgânica Municipal, pela presente Portaria.

Considerando o disposto na Lei 55/96, Art. 46, I de 09 de maio de 1996 que institui o regime jurídico único dos funcionários Público Municipal;

RESOLVE;

Art. 1º - Exonerar a pedido do Senhor; FERNANDO PALMEIRAS, inscrito no CPF N.º 030.775.211-99, do Cargo de Secretário de Controle Interno. A partir de 08 de janeiro 2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Alta do Tocantins – TO, 08 de janeiro de 2024.

Kleber Rodrigues de Sousa
Prefeito Municipal

PORTARIA GAB. N.º 004/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS-TO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 76, XXV, da Lei Orgânica Municipal, pela presente Portaria.

Considerando o disposto na Lei 55/96, Art. 46, I de 09 de maio de 1996 que institui o regime jurídico único dos funcionários Público Municipal;

RESOLVE;

Art. 1º - Exonerar a pedido do Senhor; CLEUZIMAR MOREIRA CUNHA, inscrito no CPF N.º 034.515.121-65, do Cargo em Comissão de Coordenador de Juventude. A partir de 11 de janeiro 2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Alta do Tocantins – TO, 11 de janeiro de 2024.

Kleber Rodrigues de Sousa
Prefeito Municipal



Kleber Rodrigues de Sousa
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA GAB. 005/2024

Dispõe sobre redução de carga horaria ao servidor, JANE CAMBUI TURIBIO ALECRIM, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Conceder afastamento da redução da carga horaria da servidora JANE CAMBUI TURIBIO ALECRIM, brasileira, casada, professora, portadora da RG. 288.377 SSP/TO e CPF. 877.933.181 - 53, com base na autorização do disposto na Lei n.º municipal 11/2009, e em seu artigo 3º, trata do direito de redução da carga horaria da servidora municipal de 40 horas, para 30 horas, com Direito de cumprir 6 horas corridas sem prejuízo. Com saída a partir do dia 11 de janeiro 2024.

Publique-se.

Ponte Alta do Tocantins – TO, 11 de janeiro 2024.

Kleber Rodrigues de Sousa
Prefeito Municipal

PORTARIA GAB. N.º 006 /2023

Dispõe sobre Licença Prêmio do Servidor EDUARDO FAUSTINO DE SOUSA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Conforme informações do Diretor do Departamento de Pessoal, Parecer Jurídico e manifesto da Secretaria Municipal de Administração o pedido se mostra possível sob o aspecto legal.

Diante do exposto, com base nas manifestações acima, também adoto como razão de decidir, DEFIRO, como requerido o pedido de Licença Prêmio no período de 02/01/2024 a 31/03/2024, pelo servidor supracitado. Retroagindo a 01 janeiro 2024.

Publique-se.

Ponte Alta do Tocantins – TO. 11 de janeiro de 2023.

Kleber Rodrigues de Sousa
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 001 DE 12 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios sem paridade mantidos pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município de Ponte Alta do Tocantins/TO, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO TOCANTINS, Estado do TOCANTINS no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no § 8º do artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, Lei Federal n.º 10.887 de 18/06/2004, Decreto n.º 11.864 de 27/12/2023, Decreto n.º 3.048 de 06/05/1999 e Lei Federal n.º 14.663 de 28/08/2023;

Considerando o disposto na Portaria Interministerial MPS/MF n.º 2 de 11 de janeiro de 2024, do Ministério de Estado da Previdência Social e Fazenda, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social, e aplicado aos benefícios de aposentadoria e pensão por morte sem paridade;

DECRETA:

Art. 1º. Os benefícios de aposentadoria e pensão por morte sem paridade, pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social, serão reajustados, a partir de 1º de janeiro de 2024, em 3,71% (três inteiros e setenta e um décimos por cento) para aqueles que recebem acima do valor do salário mínimo nacional.

§ 1º Os benefícios pagos pelo RPPS, com data de início a partir de 1º janeiro de 2024, serão reajustados de acordo com os percentuais indicados no Anexo I deste Decreto.

§ 2º Para os benefícios majorados por força da elevação do salário-mínimo para R\$ 1.412,00 (hum mil e quatrocentos e doze reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que tratam o caput e o § 1º.

Art. 2º. A partir de 1º de janeiro de 2024, o salário mínimo do município e o salário de benefício não poderão ser inferiores a R\$ 1.412,00 (um mil quatrocentos e doze reais).

Art. 3º. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade, ou inválido de qualquer idade, a partir de 1º de janeiro de 2024, é de

R\$ 62,04 (sessenta e dois reais e quatro centavos) para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 1.819,26 (hum mil, oitocentos e dezenove reais e vinte e seis centavos).

Art. 4º. O auxílio-reclusão, a partir de 1º de janeiro de 2024, será devido aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado que não receber remuneração da empresa e nem estiver em gozo de auxílio por incapacidade temporária, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço que, no mês de recolhimento à prisão tenha renda igual ou inferior a R\$ 1.819,26 (hum mil, oitocentos e dezenove reais e vinte e seis centavos), independentemente da quantidade de contratos e de atividades exercidas, observado o valor de R\$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais), a partir de 1º de janeiro de 2024.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Alta do Tocantins/TO, aos 12 de janeiro de 2024.

Kleber Rodrigues de Sousa
Prefeito Municipal

ANEXO I
FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO, APLICÁVEL A PARTIR DE JANEIRO DE 2024

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
Até janeiro de 2023	3,71
em fevereiro de 2023	3,23
em março de 2023	2,44
em abril de 2023	1,79
em maio de 2023	1,26
em junho de 2023	0,89
em julho de 2023	0,99
em agosto de 2023	1,08
em setembro de 2023	0,88
em outubro de 2023	0,77
em novembro de 2023	0,65

em dezembro de 2023	0,55
---------------------	------

Kleber Rodrigues de Sousa
Prefeito Municipal

